

Introdução



Neste capítulo, falaremos sobre coerência e lógica.

## O que é coerência

A coerência é a condição lógica para que nós possamos compreender os textos que lemos. No senso comum, nós geralmente a entendemos através do princípio lógico da não contradição: “Algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo”. Um exemplo muito simplificado é o seguinte: uma pessoa afirma que esteve em um determinado lugar (sua casa, por exemplo), num determinado horário (ao meio dia de hoje), e, logo em seguida, afirma que não esteve naquele mesmo lugar e horário. Nós diríamos que essa pessoa está se contradizendo e que, portanto, seu discurso é incoerente. O resultado desse tipo de operação linguística é que o leitor tem dificuldade para decidir sobre a informação que deve ser apreendida.

Textos incoerentes geralmente iniciam com um determinado assunto, mas, ao longo dos parágrafos, acabam se desviando para outros temas, não ligados de forma clara com o assunto principal, o que frequentemente produz contradições e enunciados não compreensíveis. É como se prometessem algo que não cumprem. Uma fonte inesgotável de incoerência textual é o uso inadequado de mecanismos coesivos, como conjunções, pronomes, substituições de palavras e de expressões etc. Assim sendo, a coesão pode ser considerada como um dos principais fundamentos da coerência e, por isso, será tratada detalhadamente no próximo capítulo deste livro. Por ora, para citar um único exemplo, se utilizarmos mal um pronome relativo, o leitor terá dificuldades para saber do que estamos falando. No enunciado “Não vi o pai do aluno que está doente”, não é possível saber se quem está doente é o “pai” ou o “aluno”. A ambiguidade no uso da coesão, portanto, gera incoerência textual.

Por outro lado, retomando o exemplo da pessoa que afirma estar e não estar em um mesmo lugar no mesmo horário, poderíamos perguntar por que uma pessoa faria uma afirmação para, logo em seguida, contradizê-la. Nesse caso, precisaríamos imaginar algumas situações em que isso pudesse ocorrer. Poderíamos levantar a hipótese de que essa pessoa quer confundir seu receptor; que está sendo irônica ou que está brincando; que está mentindo; que está tentando esconder alguma coisa. Poderíamos, inclusive, pensar que essa pessoa está tentando ser poética, pois, na poesia e na arte, muitas contradições aparentes são verdadeiros paradoxos repletos de sentidos densos e profundos. Pense, por exemplo, no poeta Camões, quando afirma que Amor é um contentamento descontente.





Assista a cena em que a personagem lê o poema em sala de aula e analise a lógica do texto e sua real interpretação.

Como você percebe, há muitas maneiras de interpretar um texto aparentemente incoerente. Isso nos leva a duvidar de definições muito simples de coerência textual, principalmente aquelas segundo as quais a coerência seria uma propriedade exclusiva dos textos. A linguísta Ingedore Koch (2006) afirma que a coerência permite estabelecer os sentidos do texto, fazendo com que este possa ser interpretado pelo leitor. Contudo, isso não quer dizer que as marcas da coerência sejam estáticas e que possam, todas elas, ser sempre encontradas dentro de alguns textos – os textos coerentes – estando completamente ausentes em outros – os textos incoerentes. Antes, a coerência é o resultado da interação entre as intenções interpretativas de um leitor, a partir de certas marcas estruturais de um texto, produzido por um autor.

É no processo de interação com as estruturas textuais, de um lado, e na produção de sentidos por parte do leitor, de outro, que a coerência é construída, permitindo que os textos façam sentido. Muitas vezes, um texto aparentemente incoerente acaba se revelando coerente quando levamos em conta o seu contexto enunciativo.

**Cooperação entre o leitor e texto**

Uma maneira bastante produtiva para entender como funciona a coerência textual pode ser encontrada na ideia da interação ou cooperação, defendida, entre outros, por Umberto Eco (1986). Nessa concepção, o **leitor** é um sujeito que coopera com algumas estratégias estruturais previstas no próprio **texto** – as estruturas textuais –, o que faz com que a coerência não seja mais definida como uma mera característica do texto, mas como um processo. Essa concepção também evita o erro de considerar o leitor como único responsável pela coerência, independentemente dos textos.

poderíamos decidir sempre qualquer sentido como verdadeiro para qualquer texto e ninguém poderia dizer que nossa decisão é equivocada. Imagine ler, por exemplo, uma receita de bolo como se fosse um tratado de química, ou ler uma história ficcional como se realmente tivesse acontecido.

Para compreender como se dá a cooperação do leitor com o texto, é preciso saber com o que o leitor efetivamente deve cooperar. Basicamente, todo texto é construído a partir de certas estratégias linguísticas, e o reconhecimento dessas estratégias, por parte do leitor, é um pressuposto sine qua non para que o texto faça algum sentido. É importante dizer que há muitas estratégias textuais e discursivas mobilizadas em um texto, sendo que algumas são mais evidentes – como a escolha do idioma, por exemplo – e, outras, não tão evidentes – como o estilo. A seguir, serão abordadas apenas algumas das estratégias pressupostas em um texto para que seja lido como coerente.

## Estratégias de cooperação textual: código, estilo e repertório enciclopédico

A primeira delas é a escolha do próprio **código linguístico**. Um texto escrito em chinês, japonês ou tailandês é coerente apenas para o leitor capaz de compreender esses idiomas. No entanto existem variações lexicais também dentro de um mesmo sistema linguístico, como o português, por exemplo. Você saberia dizer, sem procurar em um dicionário, o significado de termos como *almocreve* ou *piparote*? Essas palavras, hoje, não são mais usadas, mas eram extremamente corriqueiras no século passado e, por isso, aparecem com frequência nos textos de Machado de Assis e de outros autores daquela época. Nesses casos, para que o texto seja coerente, o leitor precisa cooperar com o código linguístico empregado pelo autor, procurando o sentido desses termos. Por não conhecer palavras antigas, muitas vezes, leitores afirmam que não conseguem compreender Machado de Assis.

Por outro lado, a escolha de certo registro linguístico, dentro de um mesmo idioma, também pode se caracterizar como uma estrutura estilística. Por exemplo, nós costumamos classificar alguns termos como mais coloquiais e outros como mais formais ou eruditos. A predominância de gírias e linguagem popular em um texto acaba construindo um estilo coloquial, que é perfeitamente aceitável em alguns contextos, mas não é recomendável em outros. Textos em que predominam termos formais e eruditos, por sua vez, podem estar revelando diferentes estilos: um estilo acadêmico (se os termos forem ligados a áreas específicas do conhecimento, como o direito, a literatura, a gramática, a medicina...); um estilo jornalístico (se os termos estiverem ligados a um contexto midiático); um estilo erudito, entre tantas outras possibilidades. No entanto, é sempre o leitor que, a partir de seu repertório cognitivo e cultural, atribui um sentido de estilo para essas marcas textuais. Por exemplo, no caso de Machado de Assis, um leitor de hoje poderia considerar o emprego dos termos piparote e almocreve como um registro estilístico erudito, mas um leitor contemporâneo a Machado de Assis não consideraria essas palavras necessariamente como eruditas, pois eram de uso corriqueiro àquela época!

|  |  |
| --- | --- |
| ESTILO FILOSÓFICO | O espaço não é um conceito empírico, extraído de experiências externas. Efetivamente, para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (isto é, com algo situado num outro lugar do espaço, diferente daquele em que me encontro) e igualmente para que as possa representar como exteriores [e a par] umas das outras, por conseguinte, não só distintas, mas em distintos lugares, requere-se já o funcionamento da noção de espaço. [...], KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, p. 64 |
| ESTILO CIENTÍFICO | Entre os princípios mais importantes da hereditariedade estão os de que o fluxo de informação do genótipo para o fenótipo é unidirecional e de que as unidades hereditárias transmissíveis mantêm sua identidade de geração para geração. A visão predominante sobre hereditariedade na época de Darwin era a da herança por mistura: a prole intermediária obtida do cruzamento entre um animal grande e um animal pequeno era interpretada da mesma forma que a cor intermediária de um corante resultante da mistura de soluções forte e fraca. [...] FUTUYAMA, Doglas. *Biologia evolutiva*. Ribeirão Preto: FUNPEC-RP, 2002, p. 46. |
| ESTILO JORNALÍSTICO | Cadeirantes, cegos e portadores de síndrome de Down recebem aulas em São Paulo com irmão do cantor Oswaldo Montenegro.  "É difícil ter em um aluno regular a espontaneidade de um aluno com down", afirma o diretor do local.  Folha de São Paulo, 24 de junho de 2012. |
| ESTILO LITERÁRIO | Levantei os olhos ao céu, que começava a embruscar-se, mas não foi para vê-lo coberto ou descoberto. Era ao outro céu que eu erguia a minha alma; era ao meu refúgio, ao meu amigo. E então disse de mim para mim: "Prometo rezar mil padre-nossos e mil ave-marias, se José Dias arranjar que eu não vá para o seminário".  A soma era enorme. A razão é que eu andava carregado de promessas não cumpridas. A última foi de duzentos padre-nossos e duzentas ave-marias, se não chovesse em certa tarde de passeio a Santa Teresa. Não choveu, mas eu não rezei as orações. Desde pequenino acostumara-me a pedir ao céu os seus favores, mediante orações que diria, se eles viessem. Disse as primeiras, as outras foram adiadas, e à medida que se amontoavam iam sendo esquecidas. Assim cheguei aos números vinte, trinta, cinqüenta. Entrei nas centenas e agora no milhar. Era um modo de peitar a vontade divina pela quantia das orações; além disso, cada promessa nova era feita e jurada no sentido de pagar a dívida antiga. Mas vão lá matar a preguiça de uma alma que a trazia do berço e não a sentia atenuada pela vida! O céu fazia-me o favor, eu adiava a paga. Afinal perdi-me nas contas. "Mil, mil", repeti comigo. Realmente, a matéria do benefício era agora imensa, não menos que a salvação ou o naufrágio da minha existência inteira. Mil, mil, mil. Era preciso uma soma que pagasse os atrasados todos. Deus podia muito bem, irritado com os esquecimentos, negar-se a ouvir-me sem muito dinheiro...  ASSIS, Machado. *Dom Casmurro*. |

Outro nível extremamente importante de cooperação entre leitor e texto diz respeito ao **repertório enciclopédico** pressuposto pelo texto. Por exemplo, dificilmente uma pessoa não iniciada em química avançada seria capaz de compreender os argumentos de um tratado que discute a função de certas substâncias químicas para o funcionamento de organismos. Textos acadêmicos, em geral, tendem a empregar um léxico muito específico, além de pressupor o conhecimento de uma série de procedimentos específicos de cada área: medicina, direito, filosofia, biologia, entre tantos outros. Por outro lado, textos voltados para grandes públicos, como jornais e revistas populares, tendem a pressupor poucos conhecimentos muito específicos, o que os torna mais palatáveis para um grande número de leitores.

## Recorrência e progressão

Visto que não é possível abordar aqui todas as estruturas pressupostas em um texto para serem reconhecidas no ato da leitura, optamos em aprofundar aquela que consideramos a mais útil para um estudante universitário interessado em escrever textos coerentes. De um modo bastante simplificado, é possível dizer que todo texto é composto por um conjunto de informações recorrentes, juntamente com informações novas, que vão sendo inseridas pouco a pouco, garantindo a progressão dos sentidos. O segredo para a construção de um texto coerente é justamente o equilíbrio entre essas duas instâncias. De modo muito simplificado, é possível dizer que a primeira decisão a ser tomada quanto à escrita diz respeito ao assunto principal ou tema a ser abordado, pois esse tema não poderá ser desviado ao longo dos parágrafos. Leia com atenção o texto “Automedicação e risco, mesmo de aspirinas”, do Senador Humberto Costa.

De forma bastante geral, poderíamos dizer que o tema, nesse caso, é a questão da “automedicação”. Isso significa que, ao longo dos oito parágrafos, esse assunto precisa estar em evidência. No entanto, para que o texto tenha progressão, cada um dos parágrafos também precisa acrescentar alguma informação nova. É nesse jogo, portanto, entre não se desviar de um único tema, de um lado, e acrescentar sempre novas informações sobre esse mesmo tema, de outro lado, que se constrói um bom texto. Vejamos como, no caso de Humberto Costa, o autor jamais se desvia da ideia central – a automedicação – e, mesmo assim, traz, em cada um dos parágrafos, pelo menos uma nova informação sobre esse tema.

*Leitura de* Automedicação e risco, mesmo de aspirinas – com um esquema que o numera a partir dos parágrafos

Humberto Costa (Folha de São Paulo, 12 de maio de 2012)



**NÃO**

Automedicação e risco, mesmo de aspirinas.

1. Ao pensar sobre a possibilidade de um cidadão comprar remédios em supermercados, armazém, empório, loja de conveniência e correlatos, vejo que não há por que ser favorável. Ainda que sejam só aqueles que dispensem receita médica. Claro que seria bom, em tempos de rotina corrida, a família abastecer sua casa com todo tipo de mercadorias num só lugar. Também o maior número de pontos de venda poderia render menor preço. Mas entendo que isso não compensa o risco para a saúde e a vida das pessoas.

2. Diante da evidente possibilidade de que se dissemine o consumo indiscriminado, seguramente há vantagem em facilitar o acesso da população ao medicamento, sem considerar os perigos do consequente aumento no consumo. A preocupação é de que a presença do remédio nas prateleiras das lojas, ao alcance das mãos inclusive de crianças, incentive a automedicação, estimule as pessoas a praticarem, sem orientação, por conta própria, o consumo indiscriminado desses produtos.

3. E remédio, obviamente, é item de produção complexa, com propósito bastante diferente dos também coloridos balas, chocolates, bolachas, pirulitos que se destacam nas estantes dos corredores por onde famílias inteiras gastam horas, todos os meses. Não é à toa que a Lei nº 5.991, de 1973, mas ainda atual, estabelece regras a serem seguidas pelas farmácias e drogarias, tanto em relação ao que podem comercializar, quanto à necessidade de um profissional habilitado para responder tecnicamente pelo estabelecimento.

4. Os medicamentos, indiscriminadamente, são a segunda maior causa de óbitos causados por intoxicação humana, segundo os dados mais recentes do Sistema Nacional de Informações Tóxico Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

5. Em 2009, 17% do total de 409 mortes foram resultado da ingestão de remédios. Desses casos, 61% envolveram adultos em idade produtiva, com entre 20 anos e 59 anos - e foram 8 as vítimas com menos de quatro anos. No Brasil, só os agrotóxicos causam mais óbitos por intoxicação que os medicamentos.

6. E é um engano pensar que a dispensa de receita médica torna um comprimido ou um xarope inofensivo. Um medicamento, quando associado a outro, pode causar grandes males à saúde e, inclusive, levar à morte. Por exemplo, no caso da dengue, o uso na fase inicial da doença de um -supostamente - inocente anti-inflamatório pode dificultar o diagnóstico clínico porque funciona como paliativo dos sintomas. Também para essa doença, a ingestão de um comprimido de ácido acetilsalicílico (AAS) potencializa o risco de hemorragias.

7. A diversificação da natureza dos pontos de venda implica, ainda, risco maior de que medicamentos falsificados cheguem ao consumidor. Pequenos estabelecimentos, para comprar remédios a custo mais baixo, poderão se sujeitar à compra de mercadorias falsificadas, feitas, na melhor das hipóteses, de farinha. Esse tema está, inclusive, presente em três projetos de lei que apresentei e que hoje tramitam no Senado Federal.

8. Defendo, também, medidas que assegurem o consumo racional de medicamentos, por meio de programas de conscientização dos consumidores e dos profissionais responsáveis pelo fornecimento desses produtos. Permitir que estabelecimentos comerciais, alheios ao serviço farmacêutico, vendam medicamentos, sem se submeterem a exigências técnicas, é desconsiderar os avanços já alcançados pela regulação sanitária brasileira.

**HUMBERTO SÉRGIO COSTA LIMA**, 54, médico, professor e jornalista, é senador pelo PT-PE. Foi ministro da Saúde (2003 a 2005, governo Lula).

|  |
| --- |
| INFORMAÇÃO NOVA |
| Primeiro parágrafo | O autor se posiciona contrário à liberação da compra de remédios em estabelecimentos comerciais. |
| Segundo parágrafo | Essa possibilidade ameaça estimular a automedicação. |
| Terceiro parágrafo | Remédio deve ser considerado um item diferenciado em relação a outros produtos. |
| Quarto parágrafo | Uso indiscriminado de remédios pode matar. |
| Quinto parágrafo | No Brasil, é alta a taxa de óbitos por uso indiscriminado de medicação. |
| Sexto parágrafo | A associação de medicamentos aparentemente inofensivos pode levar à morte. |
| Sétimo parágrafo | A liberação da compra de remédios em estabelecimentos comerciais pode facilitar a venda de medicamentos falsificados. |
| Oitavo parágrafo | Apenas estabelecimentos diretamente ligados ao serviço farmacêutico devem ter permissão para vender medicamentos. |

De forma simplificada, é possível dizer que a manutenção da coerência dos textos acadêmicos ou dissertativos está, de fato, ligada à regra da não-contradição: “não é indicado dizer algo e o contrário desse algo ao mesmo tempo”. Quando iniciamos um texto sobre um determinado assunto, devemos permanecer discorrendo exatamente sobre esse mesmo assunto, ao longo de todo o texto, apesar de ser necessário acrescentar novas informações a cada parágrafo. Para terminar esta seção, é preciso dizer que o modo como se dá o engendramento entre *informação recorrente* e *informação progressiva* também é regido pelo *gênero* e pela *tipologia textual*.

Você já leu reiteradas vezes, neste livro, que o gênero é uma estrutura que define inúmeros aspectos quanto ao sentido de um texto. Se essa informação é importante para a leitura – pois permite antecipar vários sentidos pressupostos – ela é ainda mais importante para o ato da **escrita**, pois não é possível produzir um texto sem o conhecimento das características estruturais consideradas essenciais para cada gênero específico. Um jornalista que não domina a estrutura do *gênero jornalístico*, um ensaísta que não domina o *gênero ensaio*, um poeta que não domina o *gênero poético*, um estudante que não domina o *gênero acadêmico*, um cronista que não domina o *gênero crônica*, entre outros exemplos, dificilmente serão capazes de produzir textos lidos como coerentes em seus respectivos contextos.

Textos argumentativos podem se desdobrar em vários gêneros (ensaios, dissertações, teses, monografias etc.), mas todos eles precisam respeitar uma estrutura específica, na qual é indispensável que o leitor possa reconhecer a tomada de posição (chamada geralmente de tese) por parte do autor, seguida de seus argumentos. Uma estrutura simplificada do texto argumentativo geralmente apresenta a tese já no primeiro parágrafo e faz uso dos demais parágrafos para apresentar os argumentos, geralmente um argumento por parágrafo. Por fim, o último parágrafo faz um reforço da tese. Vejamos como o senador Humberto Costa fez uso dessa estrutura para construir seu texto:

|  |
| --- |
| INFORMAÇÃO NOVA |
| Primeiro parágrafo TESE | O autor se posiciona contrário à liberação da compra de remédios em estabelecimentos comerciais. |
| Segundo parágrafo – Primeiro argumento | Essa possibilidade ameaça estimular a automedicação. |
| Terceiro parágrafo – Segundo argumento | Remédio deve ser considerado um item diferenciado em relação a outros produtos. |
| Quarto parágrafo – Terceiro argumento | Uso indiscriminado de remédios pode matar. |
| Quinto parágrafo – Quarto argumento | No Brasil, é alta a taxa de óbitos por uso indiscriminado de medicação. |
| Sexto parágrafo – Quinto argumento | A associação de medicamentos aparentemente inofensivos pode levar à morte. |
| Sétimo parágrafo – Sexto argumento | A liberação da compra de remédios em estabelecimentos comerciais pode facilitar a venda de medicamentos falsificados. |
| Oitavo parágrafo – Retomada da tese enunciada no primeiro parágrafo | Apenas estabelecimentos diretamente ligados ao serviço farmacêutico devem ter permissão para vender medicamentos. |

### 

ECO, Umberto. **Lector in fabula:** A cooperação interpretativa nos textos narrativos. São Paulo: Perspectiva, 1986.

\_\_\_\_ . **Os limites da interpretação**. 2. ed. São Paulo Perspectiva, 2004. [1990]

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Coerência e Ensino. In: **A**

**Coerência Textual.** São Paulo: Contexto, 2006. p. 101-110.

